

Sumário Executivo: Portugal, Balanço Social 2021

Um retrato do país e de um ano de pandemia

SUSANA PERALTA, BRUNO P. CARVALHO, MARIANA ESTEVES

Janeiro 2022





Sumário Executivo

Sumário Executivo

O relatório anual “Portugal, Balanço Social” destina-se a traçar um retrato socioeconómico das famílias portuguesas, com ênfase nas situações de privação e pobreza e, quando possível, no acesso às respostas sociais existentes em Portugal.

Começamos por descrever a pobreza da forma mais habitual, a partir do rendimento, para, de seguida, nos debruçarmos sobre outras dimensões de pobreza: a privação material, as condições de habitação e o acesso à educação e à saúde. Descrevemos também a relação entre a pobreza e a situação laboral ou o nível de educação. Discutimos ainda a persistência da pobreza, as diferenças regionais, a desigualdade na distribuição do rendimento e o impacto das transferências sociais na mitigação da pobreza.

O relatório deste ano atualiza os principais indicadores apresentados no anterior, tirando partido do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento de 2020. Este inquérito foi implementado no início do ano de 2020, pelo que as variáveis ligadas ao rendimento e à situação laboral dizem respeito à situação dos inquiridos em 2019. Dedicamos novamente um capítulo às crianças e incluímos um capítulo sobre os mais velhos, dois grupos particularmente vulneráveis a situações de pobreza. Atualizamos também o capítulo dedicado ao (impacto da crise) provocada pela pandemia de covid-19 na saúde, educação, mercado de trabalho, poupança, consumo e endividamento, com os últimos dados disponíveis.

Por fim, usamos o relatório preliminar disponibilizado pelo INE sobre o ICOR 2021 para discutir o impacto da pandemia nos principais indicadores de pobreza e desigualdade em 2020.

Pedimos a quem nos lê dois cuidados na consulta do documento:

- A caracterização das situações de exclusão nele feita não é exaustiva.
- Nenhuma parte do relatório deve ser lida como análise do impacto das múltiplas políticas públicas de combate à pobreza.

O objetivo é fornecer uma base para uma discussão transversal sobre as situações de pobreza e exclusão social em Portugal.

Alguns destaques da edição 2021

O ESTADO SOCIAL DO PAÍS

A **taxa de risco de pobreza** diminuiu em 2019 para 16,2%, menos 1 ponto percentual do que em 2018. Este é o 5º ano consecutivo em que este indicador diminuiu. A taxa de risco de pobreza antes de transferências sociais também diminuiu face a 2018, atingindo 42,4%. Tal como em 2018, a taxa de incidência de pobreza é maior entre os desempregados, famílias monoparentais e indivíduos menos escolarizados.

Em 2019, 9,8% da população encontrava-se em situação de **pobreza persistente**, ou seja, era pobre em 2018 e em pelo menos dois anos entre 2016 e 2019. Esta percentagem sobe para 11% no caso das crianças e para quase 28% nos desempregados.

A **taxa de privação material** em 2020 é de 13,5% (menos 1,6 pontos percentuais do que em 2019). As dimensões onde se observa maior privação são a dificuldade em usufruir de pelo menos uma semana de férias fora de casa, a dificuldade em fazer face a despesas inesperadas, ou a dificuldade em manter a casa adequadamente aquecida.

Um dos determinantes da pobreza é a relação com o mercado de trabalho. Uma em cada três pessoas desempregadas são pobres. Em alguns casos, trabalhar não é suficiente para fugir à pobreza: uma em cada dez pessoas empregadas são pobres. A **intensidade laboral** mede a percentagem do tempo trabalhada pelos indivíduos com idades entre os 18 e os 59 anos em cada família. Em 2019, 33,5% das pessoas pobres trabalham menos de metade do ano e 40,6% vivem em agregados onde se trabalha a tempo inteiro.

Embora se tenham verificado melhorias face a 2019, as famílias pobres:

- Têm **piores condições habitacionais**. Em 2020, 14,3% das famílias pobres viviam em alojamentos sobrelotados, face a 9% da população total.
- Têm uma **saúde pior** (auto-avaliada). Em 2020, 22,9% classificam o seu estado de saúde como mau ou muito mau.
- Têm **mais dificuldade em aceder a cuidados de saúde**. Em 2020, 18,9% indica que pelo menos numa ocasião não conseguiu aceder a consulta ou tratamento de medicina dentária.

A **desigualdade** na distribuição do rendimento diminuiu ligeiramente entre 2018 e 2019. O coeficiente de Gini, que mede a distância entre a distribuição observada e uma distribuição teórica, perfeitamente equitativa, dos rendimentos diminuiu de 31,9 para 31,2.

A incidência de pobreza e da desigualdade não é igual em todas as **regiões** do país:

- Em 2019, o Norte passou a ser a região do território continental com maior taxa de risco de pobreza (18,1%) e maior taxa de privação material (6,7%) – em 2018, era o Algarve. Os Açores continuam a ser a região mais pobre (28,5%) e mais desigual do país.
- Dados de 2019 mostram que Lisboa deu lugar a Oeiras como o município de Portugal continental com maior desigualdade na distribuição do rendimento bruto coletável. A Chamusca, no Alentejo, é o município com menor desigualdade na repartição do rendimento bruto coletável.

- Há uma concentração dos **salários** mais altos na região litoral do país. Em 2019, o município com remuneração mais elevada paga às pessoas que nele trabalham foi Alcochete (2011,5 €), enquanto o município com remuneração média mensal mais baixa paga às pessoas que nele trabalham foi Celorico de Basto, com 794,4 €.
- Em 2020, os municípios com taxas mais altas de **pessoas inscritas nos centros de emprego** localizam-se na região Norte, no interior das regiões Centro e Alentejo e no Algarve. Albufeira, onde, em média, 17,2% da população em idade ativa está inscrita no centro de emprego em 2020, é o município onde esta taxa é elevada.

As **crianças** são um dos grupos da população mais vulnerável à pobreza e exclusão social. Em 2019, 19,1% das crianças em Portugal eram pobres. Esta percentagem tinha vindo a diminuir nos últimos anos mas é, em 2019, 0,6 pontos percentuais mais elevada do que em 2018. As crianças mais pobres têm menor acesso à educação pré-escolar e tiveram piores resultados no Estudo Diagnóstico para os alunos do 3º ano (realizado em janeiro de 2021), do que as de meios socioeconómicos menos desfavorecidos.

Cerca de 17,5% das **pessoas com mais de 65 anos** era pobre em 2020. Mais de 17% estava em situação de privação material: 26% vivia em casas com telhado, paredes, janelas e/ou chão permeáveis a água ou apodrecidos e 24% em casas sem aquecimento adequado. Entre as pessoas pobres, mais de 43% não consegue manter a casa aquecida. Dados de 2018 indicam que 24,9% não tinha capacidade para comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis, e 6,8% indica ter sentido fome, que não conseguiu satisfazer por falta de dinheiro.

A pandemia teve impacto negativo na saúde das pessoas adultas com mais de 60 anos, especialmente aqueles que reportam ter dificuldades económicas.

Em 2020, quase metade das pessoas adultas com mais de 60 anos diz sentir-se sozinha frequentemente ou algumas vezes. Para quem tem dificuldades económicas, 63% teve consultas canceladas durante os primeiros meses da pandemia e 72,5% diz ter-se sentido nervoso ou ansioso.

Os dados provisórios do ICOR 2021 mostram que a taxa de pobreza aumentou em 2020 para 18,4%, 2,2 pontos percentuais acima do valor de 2019. O crescimento da taxa de risco de pobreza foi mais intenso entre as mulheres, as pessoas com mais de 65 anos, as famílias com crianças (especialmente as monoparentais) e os desempregados. Os indicadores de desigualdade (o Coeficiente de Gini e os Indicadores S80/S20 e S90/S10) também pioraram entre 2019 e 2020. Em termos regionais, a taxa de pobreza cresceu sobretudo na região do Algarve (+3,9 pontos percentuais face a 2019) e a desigualdade sobretudo na região Centro.

A PANDEMIA DE COVID-19

Em 2021, foram feitas mais **consultas** do que em igual período de 2019. O número de **cirurgias** tem aumentado, apesar de estar ainda longe dos valores em igual período de 2019. Este aumento deve-se, provavelmente, à necessidade de compensar as consultas adiadas em 2020. A **Telemedicina** ganhou ainda mais relevância em 2021, com 15 vezes mais consultas não presenciais, face ao período homólogo de 2019, logo a partir de janeiro de 2021. A pandemia afetou particularmente a saúde mental das pessoas mais pobres, menos escolarizadas e desempregadas.

Na **educação**, em 2021, provas de aferição realizadas numa amostra representativa dos alunos do 2º, 5º e 8º anos de escolaridade mostram que as perturbações na atividade letiva trouxeram perda de competências face a 2019. Os resultados são mais severos entre os alunos de meios socioeconómicos mais desfavorecidos, que beneficiam de ação social escolar. Um inquérito não representativo sugere que cerca de metade dos professores de escolas públicas, e mais de um terço de escolas privadas, acredita que a recuperação de aprendizagens irá demorar dois ou mais anos escolares.

As condições no **mercado de trabalho** alteraram-se profundamente em resposta à pandemia. Em 2021, Fevereiro foi o mês em que mais trabalhadores estiveram em *layoff* simplificado e, em média, os pedidos são 50% mais frequentes para mulheres. As inscrições nos centros de emprego aumentaram, particularmente entre mulheres, jovens adultos e indivíduos com ensino secundário ou menos. Lisboa e Vale do Tejo e o Algarve foram as regiões em que o número de pessoas inscritas mais aumentou durante a pandemia.

Para as pessoas **empregadas**, entre março de 2020 e 2021, o número de horas trabalhadas diminuiu 14,9%. As mulheres trabalharam menos do que os homens, diferenças que podem refletir uma maior dificuldade em conseguir ter um emprego a tempo completo. As famílias com crianças, especialmente monoparentais, tiveram maiores variações nas horas trabalhadas.

O **teletrabalho** continua a ser predominante entre os trabalhadores com maior nível de escolaridade, especialmente quem tem ensino superior completo. No início da pandemia, mais de 40% das pessoas que trabalham com ensino superior ficaram em teletrabalho, face a apenas 2% de quem não tem educação básica completa e 11% de quem tem ensino básico completo. No último trimestre de 2020, 20% das pessoas que trabalham com ensino superior estavam em teletrabalho. As pessoas com níveis de rendimento mais reduzidos continuaram a trabalhar fora de casa com maior probabilidade.

ESTATÍSTICAS PRELIMINARES DE 2020

Os dados provisórios do ICOR 2021 mostram que a taxa de pobreza aumentou em 2020 para 18,4%, 2,2 pontos percentuais acima do valor de 2019. O crescimento da taxa de risco de pobreza foi mais intenso entre as mulheres, as pessoas com mais de 65 anos, as famílias com crianças (especialmente as monoparentais) e os desempregados.

Os indicadores de desigualdade (o Coeficiente de Gini e os Indicadores S80/S20 e S90/S10) também pioraram entre 2019 e 2020. Em termos regionais, a taxa de pobreza cresceu sobretudo na região do Algarve (+3,9 pontos percentuais face a 2019) e a desigualdade sobretudo na região Centro.

O Estado Social do País

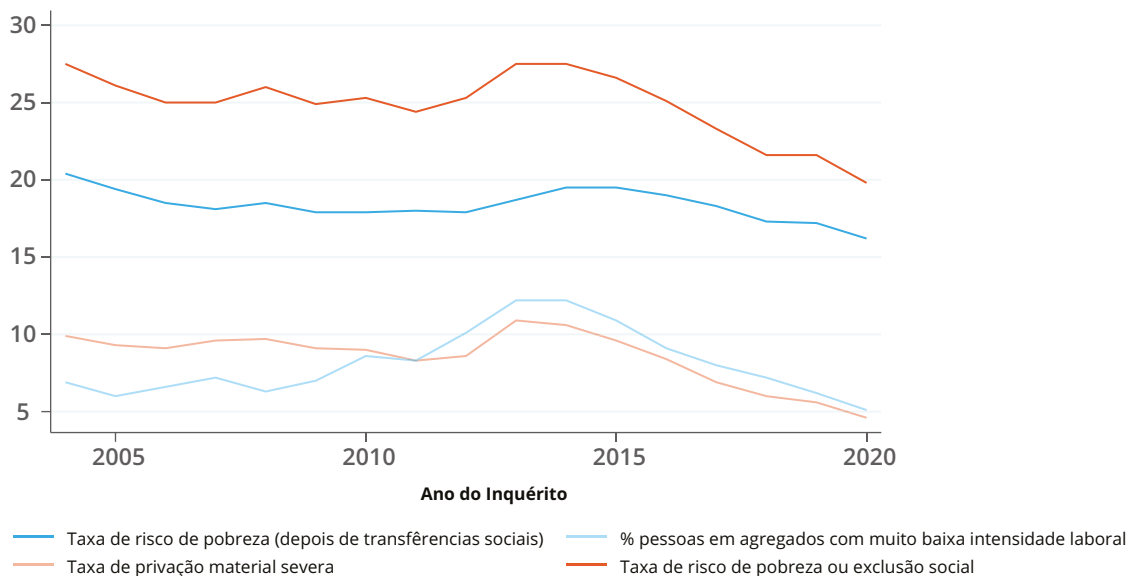
A prevalência de **pobreza** e privação material tem vindo a diminuir ao longo do tempo, com exceção do período da crise financeira do início da década. Em 2019, o **limiar de pobreza** em Portugal era de 6480/ano, ou 463/mês, de acordo com os dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) de 2020. A preços constantes, o aumento foi de 29/mês face a 2018. A **taxa de risco de pobreza** e de **pobreza extrema** eram, em 2020, de 16,2% e 10,3%, respetivamente.

As **transferências sociais** são importantes para reduzir a pobreza. Em 2019, a proporção de pessoas em situação de pobreza, antes de transferências sociais, era de 42,4%. Após pensões, e antes de outras transferências sociais, a taxa era de 21,9%. Estas taxas são inferiores às de 2018.

A taxa de **privação material** também teve uma evolução positiva. Em 2020, 13,5% das pessoas encontravam-se em situação de privação material e 4,6% em situação de privação material severa, menos 1,6 e 1 pontos percentuais face a 2019, respetivamente. A situação de privação deve-se sobretudo à dificuldade em usufruir de pelo menos uma semana de férias fora de casa (38%), à dificuldade em fazer face a despesas inesperadas (30,7%), ou a não conseguir manter a casa adequadamente aquecida (17,4%).

Um indicador fortemente relacionado com a taxa de risco de pobreza é a **intensidade laboral** – a percentagem de tempo total do ano em que os adultos da família estão a trabalhar. A percentagem de pessoas em agregados com muito baixa intensidade laboral, isto é, onde as pessoas adultas entre 18 e 59 anos do agregado trabalham menos de 20% do tempo, era de 5,1% em 2019, o que representa uma melhoria de 1,1 pontos percentuais face a 2018. Uma em cada três pessoas que residem em agregados pobres trabalham menos de metade do ano, mas trabalhar a tempo inteiro também não garante sair da pobreza: 40,6% dos indivíduos pobres vivem em agregados onde se trabalha a tempo inteiro. No que toca à condição perante o trabalho, as pessoas desempregadas são o grupo com maior taxa de risco de pobreza em 2019 (33%) e são quem fica mais tempo na pobreza (entre 2016 e 2019, a taxa de risco de pobreza persistente neste grupo foi de 23,7%, face a 9,8% na média nacional).

A Figura 1 mostra a evolução de alguns destes indicadores em Portugal, entre 2004 e 2020.

Figura 1 - Evolução da pobreza e exclusão social em Portugal – Indicadores Europa 2020 (em %)

1. Fonte: Eurostat, 2021.

2. Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social encontram-se em pelo menos uma das três seguintes condições: em risco de pobreza após transferências sociais (pobreza monetária), com privação material grave ou num agregado com intensidade de trabalho muito baixa.

3. É importante ter em conta que a taxa de risco de pobreza, bem como a intensidade de trabalho dizem respeito ao ano de 2019, enquanto a taxa de privação material se refere a 2020.

Esta tendência de redução esconde **assimetrias** em alguns subgrupos da população. A pobreza é mais prevalente entre as pessoas desempregadas (33,3%), as famílias monoparentais (25,5%) e os indivíduos com níveis de escolaridade mais baixos (21,9%). Também as mulheres têm maior taxa de risco de pobreza que os homens (16,7% vs 15,6%). As crianças (0 a 17 anos) e as pessoas mais velhas (mais de 65 anos) têm uma taxa de risco de pobreza superior à média nacional (19,1% e 17,5%, respetivamente, em 2019).

A nível setorial, as pessoas que trabalham na construção registam a maior taxa de risco de pobreza em 2019 (22,4%), ultrapassando as do setor primário, cuja taxa diminuiu de 27% para 20,9% entre 2018 e 2019. A taxa de pobreza entre as pessoas que trabalham com contrato temporário é mais do dobro da registada entre quem tem contratos sem termo (19,8% e 9,3%, respetivamente, em 2019). Em 2019, o sobre-endividamento continua a diminuir; são menos as pessoas que dizem viver em agregados com dificuldades financeiras para chegar ao fim do mês.

As medidas de incidência de pobreza monetária têm uma limitação importante: não informam sobre a intensidade da pobreza. Para compreender quão pobres são as pessoas pobres, podemos analisar a distância entre os rendimentos de cada agregado e o limiar de pobreza, ou seja, o hiato da pobreza. O **índice de severidade de pobreza** é calculado com base no hiato de pobreza, dando mais peso aos agregados com hiatos de pobreza maiores. De acordo com este indicador, a severidade da pobreza aumentou de 2,1 para 2,3%, entre 2007 e 2018, mas voltou a diminuir em 2019 para 2,0%.

Para além da pobreza monetária, material e laboral, analisamos **outras privações essenciais** relacionadas com a educação, a saúde e a habitação.

- Em 2020, apenas 9,3% da população pobre tinha ensino superior completo, o que compara com 31,1% para a população em geral. Em 2019, o rendimento mediano equivalente das pessoas com **educação** superior era 1,7 vezes superior ao das pessoas com educação até ao ensino básico. Em média, por cada 1€ ganho por um homem, uma mulher recebe, em 2019, 73 cêntimos. Esta diferença é maior para a população com escolaridade até ao ensino básico. Entre a população pobre, a desigualdade salarial entre géneros é mais alta: por cada 1€ recebido por um homem, uma mulher recebe 66 cêntimos.

- Em 2020, 22,9% das pessoas pobres autoavaliam a sua **saúde** como má ou muito má; na população geral, essa percentagem é de 13,3%. Os pobres reportam mais doenças crónicas e prolongadas, 50,5%, o que compara com 43,2% para a população em geral. Os pobres têm níveis de privação mais elevados, especialmente nos cuidados de medicina dentária, que não são disponibilizados pelo Serviço Nacional de Saúde: 19,9% vs. 9%.

- A população pobre tem **carências habitacionais** bastante marcadas. A percentagem de pessoas em situação de privação habitacional severa é, em 2020, de 24,2%, quase o dobro da que se regista na população total. No mesmo ano, 14,3% das famílias pobres viviam em alojamentos sobrelotados (face a 9% da população total). A proporção da população com encargos habitacionais excessivos é, também, maior entre as famílias em risco de pobreza. Cerca de 36,1% das famílias pobres considera que o custo total do alojamento é um “encargo muito pesado” (face a 21,2% da população geral) e 38,3% dos agregados pobres em Portugal têm encargos com a habitação que excedem 40% do rendimento do agregado (face a 14,7% da população geral).

Para além da proporção de pessoas em situação de pobreza num determinado ano, é importante avaliar a **taxa de risco de pobreza persistente**, isto é, a percentagem de pessoas que está em risco de pobreza num ano e também o esteve na maioria dos três anos anteriores. Em 2019, esta taxa é de 9,8% (Tabela 1). Ou seja, 60% das pessoas pobres em 2020 estavam em situação de pobreza persistente. Destas, 6% nunca saiu da situação de pobreza no período de quatro anos entre 2016 e 2019. A situação mais severa regista-se nos desempregados e nas crianças: 55% e 30,3%, respetivamente, estiveram na pobreza em pelo menos um dos anos em análise.

Tabela 1 - Persistência da Pobreza: 2016 – 2019 (em %)

	População Total	Crianças	Trabalhadores	Desempregados
Pobreza persistente (Eurostat)	9,8	11,4	5,0	23,7
Pobre				
Pobre num ano	10,1	10,5	10,1	16,8
Pobre em dois anos	4,8	5,1	3,7	6,6
Pobre em três anos	6,0	5,8	4,3	12,5
Pobre em quatro anos	6,0	8,9	2,4	19,1
Pobre pelo menos um ano	26,9	30,3	20,4	55,0
Nunca pobre	73,2	69,7	79,6	45,0

1. Fonte: ICOR, Longitudinal 2017–2020.

2. Nestes cálculos usamos apenas 25% da amostra, dada a natureza rotativa da base de dados longitudinal.

3. O indicador "Pobreza persistente (Eurostat)" é definido como a proporção de pessoas com rendimento disponível equivalente abaixo do limiar de risco de pobreza no ano em curso (neste caso 2019) e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

4. Interpretação: 73,2% da população total nunca foi pobre no período de 2016 - 2019; quando nos referimos às crianças, trabalhadores e desempregados, esta percentagem é, respetivamente, de 69,7%, 79,6% e 45%.

A **desigualdade** na distribuição de rendimentos pode ser medida através de indicadores que usam toda a distribuição de rendimentos (como o índice de Gini) ou através de medidas que se focam em pontos específicos da distribuição (como a distribuição por quartis de rendimento). Entre 2007 e 2018 observou-se uma redução da desigualdade na generalidade das medidas. Entre 2018 e 2019, a tendência é menos clara.

Por um lado, o índice de Gini desceu ligeiramente de 31,9 para 31,2, neste período. Por outro, parece ter havido um aumento da desigualdade entre as famílias dos quartis intermédios de rendimento e as famílias mais ricas. Em 2018, os 25% mais ricos detinham 42% do rendimento do país. Em 2019 este valor subiu para quase 46%. Este aumento fez-se sobretudo à custa do decréscimo da percentagem do rendimento detido pelas famílias do terceiro quartil da distribuição de rendimento, que desceu de 27,7% para 25,1% entre 2018 e 2019. A percentagem de rendimento detidas pelos 25% mais pobres não se alterou significativamente.

As **transferências sociais**, como o subsídio de desemprego, doença ou velhice, têm um importante papel na mitigação da pobreza e desigualdade na distribuição dos rendimentos. As prestações sociais monetárias por velhice, como as pensões, são as transferências com maior número de beneficiários – recebidas, em 2019, por cerca de 25,5% da população. Na ausência de transferências, haveria mais pobreza e desigualdade: a taxa de risco de pobreza, em 2019, subiria de 16,2% para 21,9% (se considerarmos pensões) e para 42,4% (se não considerarmos qualquer transferência social) e o Coeficiente de Gini subia de 31,2 para 36,5.

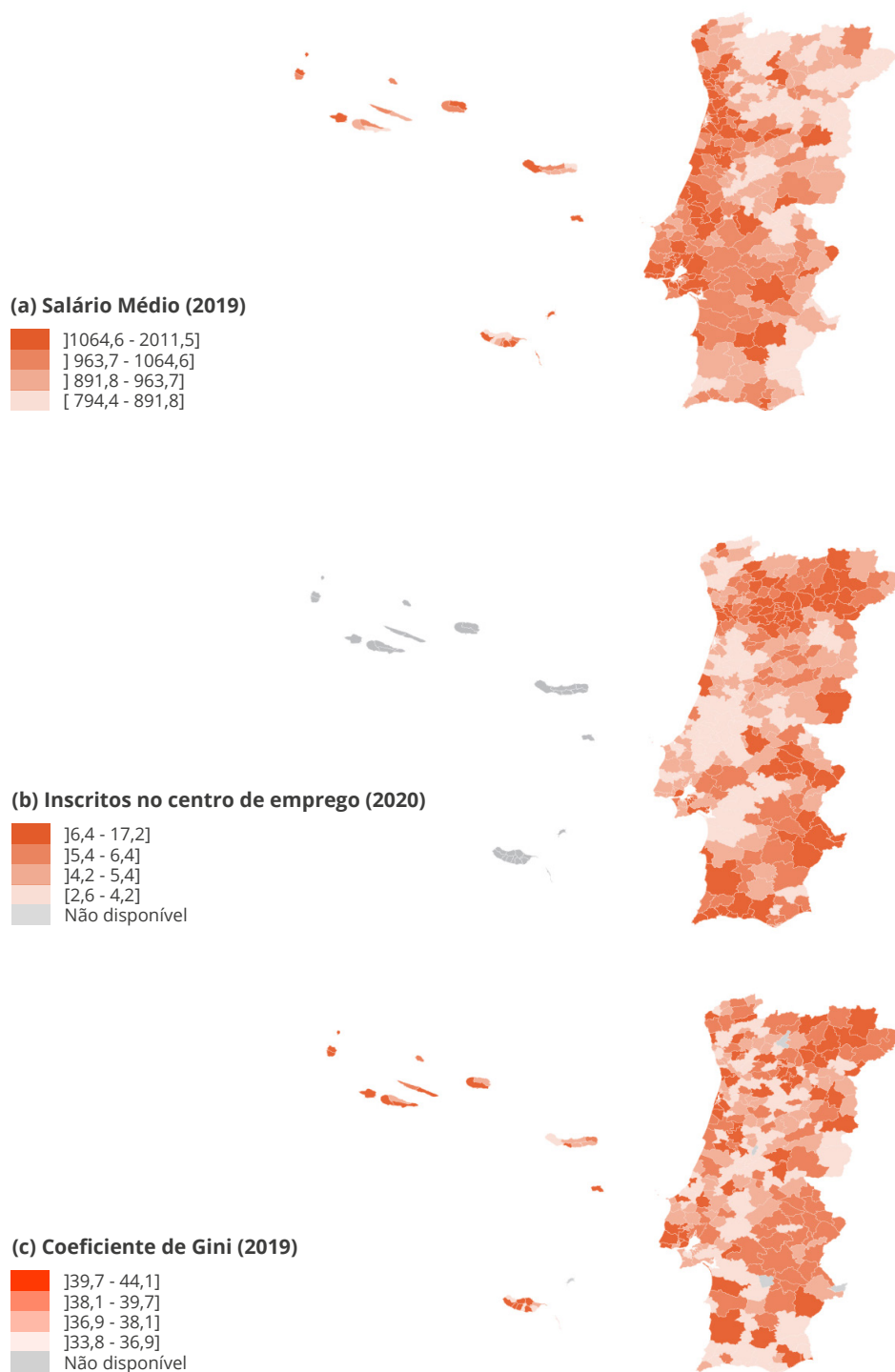
Olhamos agora para as alterações nestes indicadores desde 2008, ano em que rebentou a primeira crise financeira do século XXI. Em 2019, a taxa de risco de pobreza das pessoas desempregadas voltou a valores pré-crise financeira de 2008. Em 2019, a taxa de risco de pobreza entre os trabalhadores da construção ultrapassou a do setor primário, e foram estes trabalhadores que, entre 2007 e 2019, tiveram um maior aumento do risco de pobreza, de 18 para 22,4%. Na última década, viver num agregado com baixa intensidade laboral passou a ser cada vez mais sinónimo de pobreza: em 2007, quase um em cada três indivíduos que viviam nestes agregados era pobre; em 2019, mais de metade são pobres. Por outro lado, cada vez menos pessoas vivem em agregados com baixa ou muito baixa intensidade laboral (17%, em 2007, para 9,6%, em 2019). A percentagem de pessoas em privação material diminuiu de 23,0% para 13,5% nos últimos 12 anos. O país está também menos desigual: em 2007, os 25% mais ricos detinham mais de metade do rendimento do país. Em 2019 este valor desceu para 46%. O rendimento detido pelos 25% mais pobres subiu de 9,5% para 10,9%. Também o índice de Gini diminuiu de 35,8 para 31,2.

DIFERENÇAS REGIONAIS

Existem importantes disparidades regionais na incidência de pobreza, privação material e desigualdade na distribuição dos rendimentos.

1. Em 2019, a Região Autónoma dos Açores continua a ser onde há maior **taxa de risco de pobreza** (28,5%, uma diminuição de 3,3 pontos percentuais face a 2018), seguida da Região Autónoma da Madeira, com 26,3%. No continente, o Norte ultrapassou o Algarve e transformou-se na região a região com maior prevalência de pobreza (18,1%).
2. O Algarve e o Norte são as regiões continentais com maior **taxa de privação material severa**, com 6,7%, em 2019.
3. O município com **remuneração média** paga a quem trabalha nas empresas nele localizadas mais elevada em 2019 (2011,5) foi Alcochete, enquanto o município com remuneração média mensal mais baixa foi Celorico de Basto, com 794,4. Os salários mais altos concentram-se na região litoral, especialmente nas regiões da Área Metropolitana de Lisboa, Centro e Norte – Figura 2, Painel a.
4. Os municípios com maior proporção da população em idade ativa **inscrita no Centro de Emprego** em 2020 localizam-se na região Norte, no interior das regiões Centro e Alentejo e no Algarve – Figura 2, Painel b.
5. Os municípios com maior **desigualdade** na repartição do rendimento bruto coletável de Portugal continental localizam-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e são Oeiras (44,1), Cascais (43,3) e Lisboa (43,3). Os municípios, com o coeficiente de Gini mais baixo são Chamusca (33,8), Vila Nova do Ródão (34) e Penamacor (34,6). – Figura 2, Painel c.

Figura 2 - Disparidades Regionais nos salários, inscritos nos centros de emprego e coeficiente de Gini



(a) A remuneração média mensal corresponde ao valor bruto de todas as componentes da remuneração de um trabalhador, incluindo o salário base, horas extraordinárias e subsídios regulares (diuturnidades, subsídios de função, alimentação, alojamento, transporte, antiguidade, produtividade, assiduidade, de turno, de isenção de horário, por trabalhos penosos, perigosos e sujos, etc.). Fonte: Pordata, 2021

(b) Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos. Fonte: Pordata, 2021

(c) Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal. Fonte: INE, 2021

SITUAÇÃO DAS CRIANÇAS

As crianças são um dos grupos da população mais vulnerável a situações de pobreza e exclusão social. A **taxa de risco de pobreza** entre as crianças aumentou entre 2018 e 2019 (de 18,5% para 19,1%). Isto significa que há, em 2019, mais de 330 mil menores pobres em Portugal. A pobreza atinge 25,5% dos agregados monoparentais (menos 8,4 pontos percentuais do que em 2019), que são o tipo de agregado com maior taxa de risco de pobreza.

Quanto a **carências habitacionais e alimentares**, em 2020, mais de 1 em cada 4 crianças vivia em casas com telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água ou apodrecidos (o que representa um ligeiro crescimento face a 2019) e 11% em casas sem aquecimento adequado (um decréscimo face a 2018 e 2019). A incapacidade de comer, pelo menos de dois em dois dias, uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano), manteve-se estável nos últimos três anos, com uma ligeira melhoria em 2020 (de 1,9% para 1,8%).

A **escolaridade** tem um papel importante na mitigação da transmissão intergeracional da pobreza. Nos anos que antecedem a escolaridade obrigatória, o rendimento da família está relacionado com a frequência da creche e pré-escolar – quase 7 em cada 10 crianças pobres não tem acesso a creche e, entre os 4 e os 7 anos, as mais pobres são as que menos frequentam o pré-escolar. No ensino obrigatório, são estas crianças que tiveram piores resultados do que os de meios socioeconómicos menos desfavorecidos, no Estudo Diagnóstico para os alunos do 3º ano, realizado pelo Instituto de Avaliação Educativa em janeiro de 2021, para apurar os atrasos na aquisição de competências em virtude da crise pandémica.



SITUAÇÃO DOS MAIS VELHOS

A população com mais de 65 anos tem uma **taxa de risco de pobreza** de 17,5% em 2019, 1,3 pontos percentuais acima da média nacional (16,2%). Este valor é ligeiramente superior ao de 2018, em que a taxa de pobreza dos adultos com mais de 65 anos era 17,3%. Isto significa que, em 2019, há 381 mil pessoas com mais de 65 anos pobres em Portugal. Como é expectável, o pagamento de pensões reduz a taxa de risco de pobreza deste segmento da população significativamente: para 20%, em 2019. O efeito das restantes transferências é menor, mas ainda assim relevante: entre 2017 e 2019, a taxa de risco de pobreza seria cerca de 1,15 vezes maior do que na ausência destas transferências.

Quanto a **carências habitacionais e alimentares**: 26% vivia em casas com telhado, paredes, janelas e/ou chão permeáveis a água ou apodrecidos e 24% em casas sem aquecimento adequado. Para aqueles que são pobres, mais de 43% não consegue manter a casa aquecida. Quase 1 em cada 10 pessoas pobres com mais de 65 anos não tem capacidade para ter uma refeição com proteína (animal ou vegetal), pelo menos de dois em dois dias. Em 2018, 1 em cada 4 não tinha capacidade para comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis e quase 7% sentiu fome mas não comeu porque não tinha dinheiro.

Em média, 64,4% das pessoas com mais de 60 anos sentiu-se nervosa ou ansiosa e quase metade sentiu-se sozinha frequentemente ou algumas vezes. Destes, 14% afirmam que a pandemia agravou a situação. A saúde mental dos mais velhos piorou 1,6 vezes mais para quem tem dificuldades económicas (que têm um rendimento líquido total do agregado, em média, de 919,6), do que nos restantes.

Cerca de 2,7% das pessoas pobres com 60 anos ou mais diz ter **adiado pagamentos**, 8% **recorreu às suas poupanças** para fazer face a despesas e 5,2% tiveram que recorrer a alguma forma de apoio. Estes valores são substancialmente mais altos para as pessoas que afirmam ter dificuldades económicas, que recorreram quase 14 vezes mais a apoio financeiro.

Entre os que têm dificuldades económicas, quase 41% tiveram apoio financeiro, face a apenas 18% dos restantes. São especialmente os filhos que mais prestaram este apoio e cerca de 12% afirma que este apoio aumentou durante a pandemia.

A pandemia de Covid-19

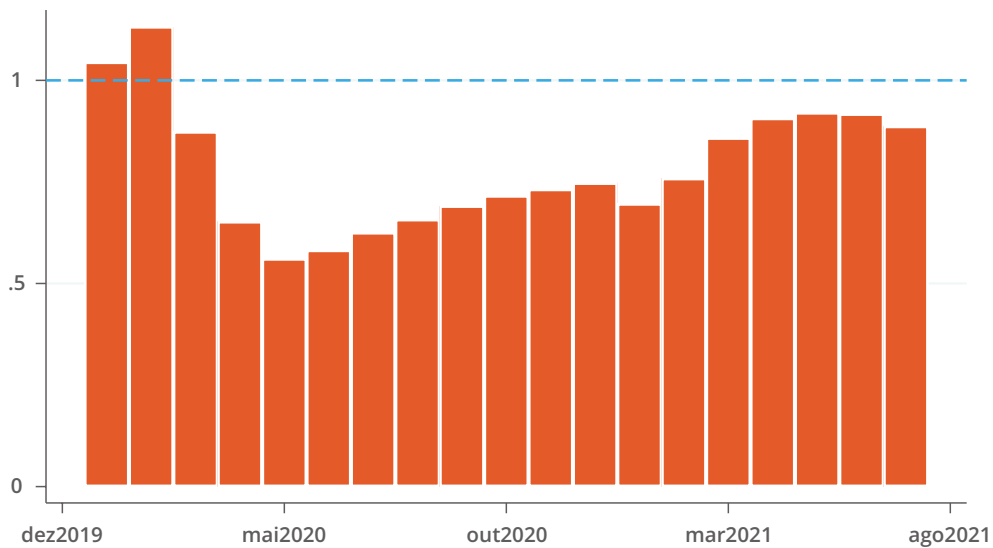
O ano de 2021 começou com uma nova vaga da pandemia em Portugal, com um aumento rápido do número de casos, de internamentos e de mortos, o que motivou o regresso de várias medidas, incluindo confinamento e restrições à mobilidade. Desde o início da pandemia o estado de emergência foi declarado 15 vezes no total. O período mais longo foi de 09 de dezembro de 2020 até 30 de abril de 2021: durou 173 dias consecutivos e teve 11 renovações. Apesar destas medidas e do processo de vacinação em Portugal ter tido início a 27 de dezembro de 2020, no final de janeiro de 2021 registou-se o número máximo de casos de infeção diários: 16.432 casos, no dia 28 de janeiro. No mesmo dia, o número de mortes relacionadas com a covid-19 foi de 303.

À data de elaboração deste relatório, já estão disponíveis os resultados de inquéritos anuais relativos a 2020, como o ICOR, o Inquérito ao Emprego ou os dados do Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP). No entanto, os dados do ICOR 2020 dizem respeito a rendimentos de 2019, pelo que não permitem analisar o impacto desta crise no rendimento das famílias. Por isso, neste relatório voltamos a combinar diferentes fontes de dados para estender, estendemos a análise do impacto da pandemia que foi feita no "Portugal, Balanço Social 2020", até 30 de setembro de 2021.

Portugal registou um **aumento da mortalidade** em termos homólogos, tanto por covid-19 como por outras causas. O total de óbitos de pessoas com covid-19 atingiu o máximo em fevereiro de 2021, quando representou quase 30% de óbitos totais. O aumento de casos após o Natal de 2020 levou a picos de internamento e, em janeiro de 2021, 130 mil pessoas estavam internadas em enfermaria. No dia 5 de fevereiro, registou-se o máximo de 904 internados em Unidades de Cuidados Intensivos (UCI).

A pressão sobre o SNS levou ao cancelamento de consultas e cirurgias em 2020. Em 2021, a tendência inverteu-se e foram feitas mais consultas do que em igual período de 2019 – Figuras 3 e 4. O número de cirurgias tem aumentado, apesar de estar ainda longe dos valores em igual período de 2019. Este aumento deve-se, provavelmente, à necessidade de compensar as consultas adiadas em 2020. A telemedicina ganhou ainda mais relevância em 2021, com 15 vezes mais consultas não presenciais, logo em janeiro de 2021.

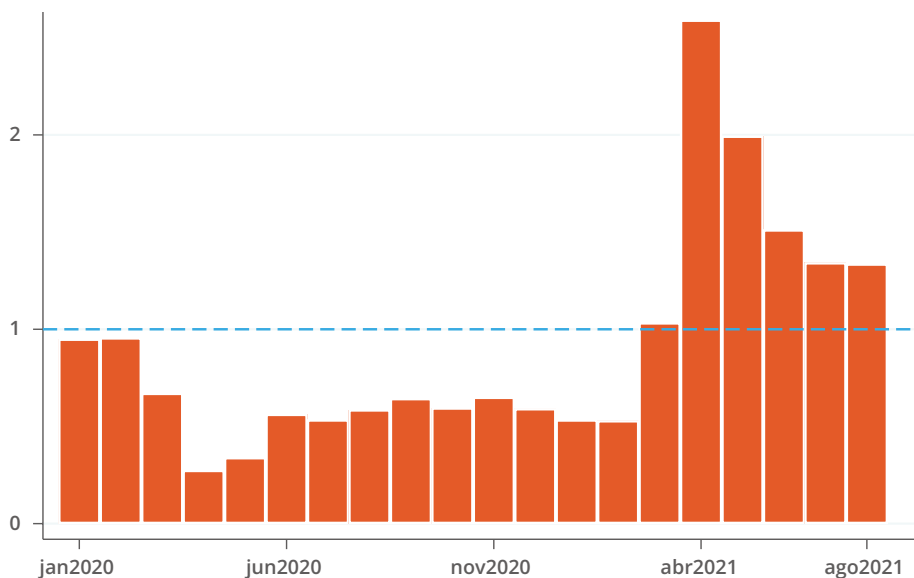
Figura 3 - Rácio de cirurgias em ambulatório em 2020 e 2021 face ao período homólogo de 2019



1. Fonte: Portal da Transparência SNS, 2021.

2. Interpretação: Em março de 2021, as cirurgias em ambulatório realizadas foram realizadas 89% das cirurgias realizadas no mesmo mês de 2019.

Figura 4 - Rácio de consultas presenciais nos cuidados de saúde primários em 2020 e 2021 face ao período homólogo de 2019



1. Fonte: Portal da Transparência SNS, 2021.

2. Interpretação: Em abril de 2021, foram realizadas 2,6 vezes mais consultas médicas presenciais do que no mesmo mês de 2019.

Num período atípico e incerto, a **saúde mental** dos portugueses sofreu consideravelmente. De acordo com o inquérito Diários de uma Pandemia (ISPUP/ INESC TEC), os mais afetados foram as pessoas mais pobres, as menos escolarizadas e as desempregadas.

O fecho das **escolas** a 16 de março de 2020 implicou uma reorganização da atividade letiva, com mudança para alunos e docentes. A atividade letiva plena só regressaria entre 14 e 17 de setembro, no ano letivo 2020/2021. Contudo, o aumento de casos, no início do 2.º período, levou a um encerramento das escolas no dia 21 de janeiro. O Instituto de Avaliação Educativa levou a cabo dois estudos para aferir o impacto da pandemia nas aprendizagens dos alunos: o Estudo Diagnóstico, realizado de 6 a 21 de janeiro de 2021, e o Estudo de Aferição Amostral, aplicado entre os dias 14 e 21 de junho de 2021. Este último evidencia uma perda de competências dos alunos relativamente ao ano de 2019. O primeiro mostra falhas da aquisição de competências, mais pronunciada nos beneficiários de ação social escolar.

A **recuperação de aprendizagens** prevê-se longa. Um estudo realizado pelo Centro de Economia da Educação da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (Nova SBE), imediatamente antes do início do 2.º encerramento, concluiu que cerca de metade dos professores de escolas públicas, e mais de um terço de escolas privadas, acredita que a recuperação de aprendizagens irá demorar dois ou mais períodos escolares.

O **trabalho** foi das esferas da vida mais afetadas pela pandemia. Em "Portugal, Balanço Social 2020", analisámos os diversos impactos da pandemia no mercado de trabalho, com ênfase nos diferentes impactos em vários subgrupos da população, até setembro de 2020. Em julho de 2021 dedicámos a primeira Nota Intercalar do projeto "Portugal, Balanço Social" a uma análise mais detalhada, e usando dados mais recentes, dos impactos da pandemia no mercado de trabalho até abril de 2021.

Em ambos os casos, os resultados sugerem que os mais vulneráveis, com menos rendimentos, com menor nível de escolaridade ou em situações laborais mais precárias foram os mais afetados pela pandemia. Neste relatório estendemos esta análise até setembro de 2021.

Face à paragem forçada da atividade económica, o governo adotou medidas como o **layoff simplificado**, as moratórias ao pagamento de juros e capital de créditos existentes, o acesso a créditos com juros bonificados ou garantias do Estado e a suspensão do pagamento de obrigações fiscais e contributivas. Em 2021, estas prorrogações corresponderam a um total de 481,6 milhões. Em 2020, a Taxa Social Única e o IVA foram os impostos mais afetados pela suspensão. Já em 2021, o IRC representou 25% da perda de receita orçamental devido à suspensão de pagamentos de obrigações fiscais e contributivas.

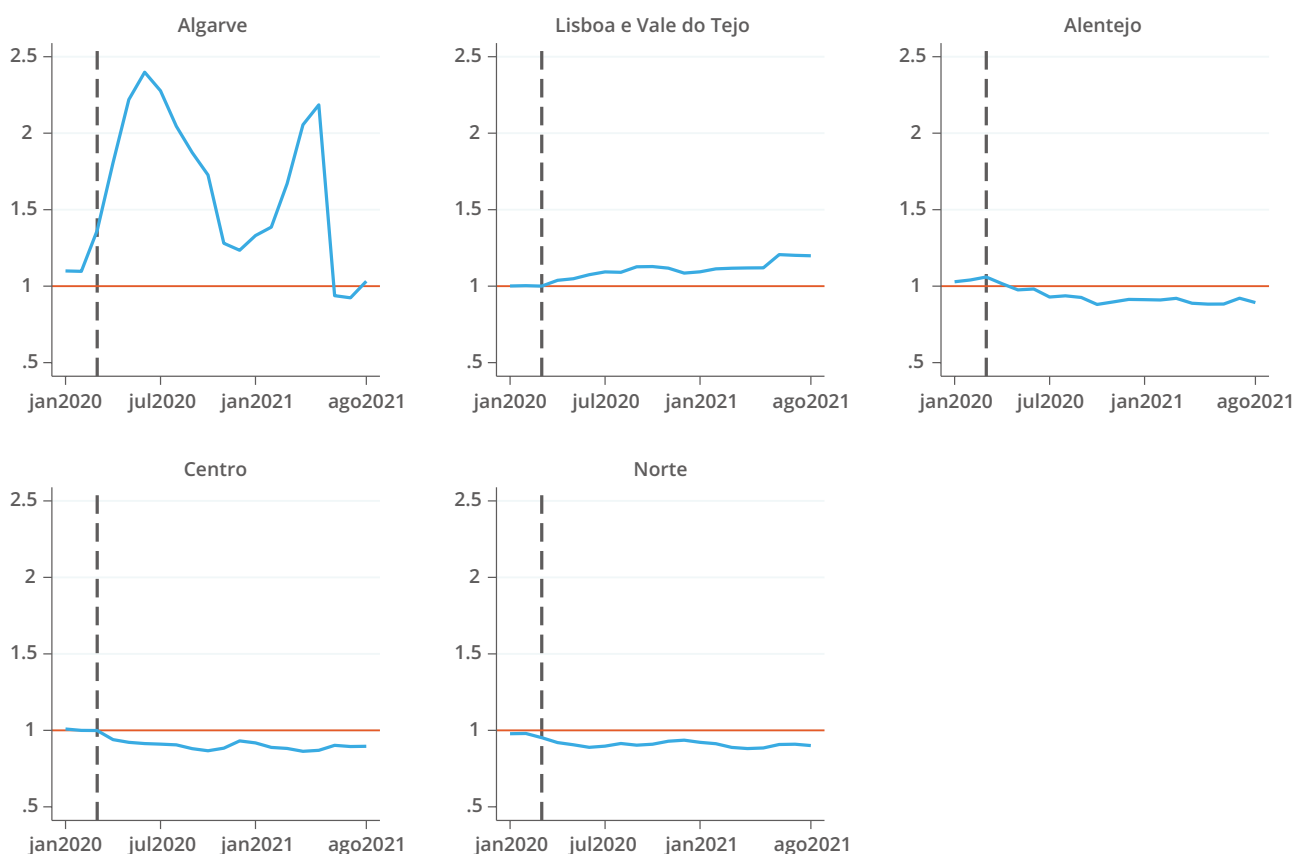
No ano de 2021, as empresas continuaram a recorrer ao layoff simplificado. Entre janeiro e abril de 2021, os últimos dados disponíveis, mais de 57 mil empresas entregaram pedidos de layoff simplificado, abrangendo 299 mil trabalhadores. O uso deste mecanismo atingiu o pico em fevereiro e começou a diminuir em março e abril. Em média, os pedidos são 50% mais frequentes para mulheres.

A taxa de **desemprego** começou a subir em junho de 2020. Atingiu um máximo de 8,1% em agosto de 2020, com 408 mil pessoas desempregadas, tendo diminuído até ao final do ano. Apesar de uma ligeira subida entre abril e maio de 2021, em julho a taxa de desemprego era de 6,6%, próximo dos 6,3% registados em março de 2020.

A taxa de subutilização do trabalho, que para além das pessoas desempregadas também considera as inativas (que, estando disponíveis para trabalhar, não procuram emprego) era de 12,7% em março de 2020 e chegou a um máximo de 15,7%, em junho do mesmo ano. Em média, no primeiro ano de pandemia, 751,8 mil pessoas estiveram em situação de **subutilização do trabalho**, um aumento de 1,2 pontos percentuais face ao ano anterior. Em julho de 2021, esta taxa era de 12,6%.

Outra medida que permite ilustrar as condições de acesso ao emprego é o **número de inscritos nos centros de emprego**, divulgado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). As mulheres, os jovens adultos (entre 25 e 34 anos) e os indivíduos com menor escolaridade foram os que mais se inscreveram nos centros de emprego em 2020 e 2021. Em termos regionais, como mostra a Figura 5, Lisboa e Vale do Tejo e o Algarve foram as regiões em que o número de inscritos mais aumentou durante a pandemia.

Figura 5 - Variação homóloga de indivíduos registados nos centros de emprego, por região, entre janeiro de 2020 e agosto de 2021



1. Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), 2021.

2. Rácio do número de inscritos no centro de emprego nos meses de 2020 e 2021 em comparação com os meses homólogos de 2019. A linha vermelha marca o que aconteceria se nos meses analisados o número de horas semanais trabalhadas em média tivesse sido igual ao que foi no respetivo mês homólogo de 2019. A linha tracejada marca o início da pandemia de covid-19 em Portugal.

3. Interpretação: Em agosto de 2021, o número de inscritos nos centros de emprego da região de Lisboa e Vale do Tejo era cerca de 1,2 vezes superior ao registado no mesmo mês de 2019.

Para os que continuaram a trabalhar, verificou-se uma diminuição do **número médio de horas semanais trabalhadas**. Um aumento da prevalência de trabalhadores a tempo parcial e o layoff simplificado podem ajudar a explicar esta diminuição. As famílias com crianças tiveram maiores variações nas horas trabalhadas, especialmente as famílias monoparentais. No 3.º trimestre de 2020, uma pessoa adulta, responsável única de uma ou mais crianças, trabalhou, em média, menos 4% do que no mesmo trimestre de 2019. No 2.º trimestre de 2021, trabalhou, em média, mais 4% do que no homólogo de 2019. Em casais com dois adultos e pelo menos uma criança, as mulheres foram as que mais reduziram o número de horas trabalhadas durante a pandemia, com uma recuperação mais expressiva apenas no segundo trimestre de 2021.

De forma geral, existe uma assimetria no número de horas trabalhadas entre homens e mulheres. Em média, as horas trabalhadas pelas mulheres são 7% inferiores às dos homens. Isto não significa que as mulheres queiram trabalhar menos horas. Entre os que não trabalham a tempo inteiro, há mais 47% mulheres do que homens que gostariam de trabalhar mais horas, mas não encontram trabalho a tempo inteiro. Além disto, a necessidade de cuidar de crianças, idosos ou outros dependentes é 7 vezes mais invocada por mulheres para justificar a impossibilidade de trabalhar mais horas.

Segundo o módulo "Trabalho a partir de casa" do Inquérito ao Emprego do INE, no 2.º trimestre de 2020, 22,6% da população empregada trabalhou, sempre ou quase sempre, em casa. Destes, 90,8% fizeram-no devido à pandemia. Esta percentagem diminuiu progressivamente até ao final de 2020, tendo atingido 11,9% no último trimestre do ano e voltado a aumentar para cerca de 19,5% no 2.º trimestre de 2021. O **teletrabalho** é predominante entre os trabalhadores com maior nível de escolaridade, especialmente os que têm ensino superior completo: mais de 40% dos trabalhadores com ensino superior ficaram em teletrabalho, face a apenas 2% de trabalhadores sem educação básica completa e 11% de trabalhadores com ensino básico completo.

Segundo o Inquérito Diários de uma Pandemia, realizado pelo Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto, as mulheres e as pessoas com níveis de rendimento mais elevados trabalham com menor probabilidade fora de casa. Estes são também os grupos que menos utilizam transportes públicos, o que sugere que têm maior capacidade para se protegerem do risco de contágio (trabalhando em casa e evitando o transporte coletivo).

No 2.º trimestre de 2020 registou-se uma diminuição do **consumo** (-17,1% em termos homólogos) e um aumento da **poupança** (+24,4% em termos homólogos). Causas prováveis desta evolução são as medidas de confinamento e distanciamento social, a elevada incerteza quando à situação económica futura e a mitigação da redução do rendimento disponível por medidas de apoio ao emprego e rendimento, como o layoff simplificado. Apesar de algumas flutuações, o 2.º trimestre de 2021 foi, desde 2019, o período em que se observou uma recuperação maior do consumo: cresceu 18,9% face ao mesmo trimestre de 2020.

O nível de **endividamento** das famílias, e especialmente das empresas do setor não financeiro (SNF), aumentou durante os meses de confinamento de 2020. A percentagem de devedores em incumprimento teve um ligeiro aumento em abril de 2020, de novo com especial ênfase entre as empresas do setor não financeiro, mas voltou a diminuir nos meses seguintes, mantendo-se relativamente estável. Esta estabilidade pode estar associada às garantias do Estado e à moratória pública dos créditos bancários das famílias e empresas, que minimizam o crescimento dos incumprimentos.

Março de 2021 foi o mês em que se observou maior crescimento homólogo dos empréstimos ao SNF, enquanto nos empréstimos às famílias se observou um crescimento homólogo progressivo desde janeiro de 2021, até cerca de 2,8% em julho de 2021. A recuperação do crédito às famílias deveu-se a um crescimento sustentado do crédito à habitação (sem reduções significativas desde janeiro de 2020) e a uma recuperação do crédito ao consumo, a partir de março de 2021.

O impacto das medidas sanitárias e do clima de incerteza levaram a uma queda na atividade económica em 2020. Depois de uma contração do PIB de 17,9% em termos homólogos no 2.º trimestre de 2020, em 2021, registou-se uma melhoria de 16,2% no mesmo trimestre. Entre o 1.º trimestre de 2019 e 2020 o **défice orçamental** em percentagem do PIB esteve sempre próximo de zero. A pandemia levou a um agravamento do défice para 1,9% do PIB logo no 2.º trimestre de 2020. A tendência de agravamento manteve-se até ao 1.º trimestre de 2021, quando atingiu um máximo de 7% do PIB. O 2.º trimestre de 2021 foi o primeiro pós-pandemia em que o défice se reduziu, com uma variação de 1,2 pontos percentuais face ao trimestre anterior. A tendência decrescente da **dívida pública** foi invertida em 2020, tendo atingido 135% do PIB no último trimestre do ano (face a 116,6% no mesmo período de 2019). No 1.º trimestre de 2021 a dívida alcançou um máximo de 139% do PIB, observando-se uma ligeira diminuição trimestre seguinte.



Estatísticas Preliminares 2020

A 17 de Dezembro de 2021, o INE disponibilizou as primeiras estatísticas preliminares do ICOR 2021, ou seja, do inquérito recolhido em 2021, com base na situação financeira e profissional das famílias em 2020. Com estes dados provisórios é possível descrever sumariamente o impacto da pandemia nas condições de vida das famílias em 2020:

- Em 2020, a taxa de risco de pobreza após transferências sociais atingiu 18,4%, 2,2 pontos percentuais acima da de 2019 (16,2%). O número pessoas em risco de pobreza aumentou de 1,7 milhões em 2019 para 1,9 milhões em 2020.
- A taxa de risco de pobreza subiu mais entre as mulheres, com um crescimento de 2,5 pontos percentuais entre 2019 e 2020 e entre pessoas com mais de 65 anos (+2,6 pontos percentuais). A taxa de pobreza aumentou para todos os tipos de famílias, especialmente para as famílias com crianças (+2,7 pontos percentuais face a 2019). O maior aumento registou-se nas famílias monoparentais: 4,7 pontos percentuais, para 30,2% em 2020. A taxa de risco de pobreza dos desempregados atingiu 46,5% (+5,8 pontos percentuais do que em 2019).
- A desigualdade também aumentou em 2020. O Coeficiente de Gini aumentou de 31,2 em 2019 para 33 em 2020.
- Em termos regionais, a taxa de risco de pobreza aumentou sobretudo no Algarve (+3,9 pontos percentuais para 21,6% em 2020) e na zona Centro (+3,3 pontos percentuais face a 2019). O Algarve voltou, assim, a ser a região continental com maior taxa de risco de pobreza. A região em que a desigualdade, medida pelo Coeficiente de Gini, mais aumentou foi a zona Centro, de 30, em 2019, para 33,3 em 2020.

Os dados individuais do ICOR 2021 serão analisados com todo o detalhe na próxima edição do Portugal, Balanço Social, depois de disponibilizados à comunidade académica no verão de 2022.